

Acta N.º 06/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
MINUTA DA ACTA N.º 06/2010 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010

----- Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro do ano dois mil e dez, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, em Sessão ordinária, pelas dezoito horas, e com a ordem de trabalhos constante no Edital junto aos documentos anexos a esta acta e oportunamente remetida a todos os membros da Assembleia.-----

----- Estiveram presentes na sessão os seguintes Membros da Mesa da Assembleia: -- Paulo Manuel Teixeira Marques, Presidente deste Órgão Autárquico, Maria Idália Amaral Pinto e Ilídio Silva Ferreira, primeira e segundo secretários respectivamente e os seguintes Membros:-----

Henrique Gomes Morgado, Hugo Filipe Afonso Trindade, José Manuel Afonso Rodrigues, José Luís Ferreira dos Santos, Joel Afonso de Sousa, Manuel Costa Pereira, Alípio de Melo Vieira, Anabela Conceição Salvador Almeida, Fernando Costa Felix, Manuel Leandro Vicente, Carlos Alberto Cunha Saraiva, Ilídio Afonso da Cruz, , Orlando Carvalho Canseiro, Augusto Marques Moreira, Amândio Martinho Salvador, Jorge Manuel Pereira Reis e Horácio Manuel Sousa Leal.-----

----- Não compareceram à sessão os seguintes membros: Sandra Cristina da Silva Amaral Francisco, Carlos Alberto Pereira de Sá.-----

----- Nos termos do nº1 artigo 25º do Regimento desta Assembleia, participou na sessão o Presidente da Câmara Municipal e a Vereadora a tempo inteiro, Delfina Maria Fonseca Gomes.-----

----- Esteve também presente na Sessão a Vereadora em regime de não permanência Ana Cristina Ribeiro dos Santos. -----

----- Sendo a hora designada para início da sessão, eram dezoito horas verificando-se haver quorum, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão, dando início aos trabalhos: -----

-----PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”-----

1.1 - Leitura e apreciação de expediente diverso: -----

----- O Presidente da Assembleia deu a conhecer e fez-se apreciação do expediente recebido no período compreendido entre 30 de Setembro e o dia 27 de Dezembro do ano em curso. -----

----- Justificação de Faltas: -----

----- Por requerimento registado em 27.12.2010, apresentou pedido de justificação de falta à reunião de hoje, dia 27 de Dezembro, a Sr.ª Sandra Cristina da Silva Amaral

Francisco, Presidente da Junta de Freguesia de Fráguas, tendo a mesma sido justificada pela mesa.-----

1.2 - Outros assuntos típicos do “Período Antes da Ordem do Dia”; -----

----- a) Elementos contabilísticos referentes à situação financeira do Município reportada à data de 17 de Dezembro de 2010.-----

----- Foram enviados a todos os membros da Assembleia os elementos em epígrafe, dos quais tomaram conhecimento -----

----- b) Outros assuntos. -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros:-----

- Fernando Félix,

- José Luís Santos,

- Hugo Trindade,

- Joel Sousa,

- Horácio Leal -

e Henrique Morgado,

e às quais o Sr. Presidente da Câmara respondeu.-----

----- Havia publico presente, e face ao adiantado da hora o Sr. Presidente propôs à Assembleia que se ouvisse em primeiro lugar o Sr. Presidente da Direcção da Casa do Povo de Vila Nova de Paiva, que estava acompanhado de várias Crianças e jovens, o que foi aceite por unanimidade.-----

----- Foi então que dada a palavra ao Sr. José Luís Canudo Linguíça, cuja intervenção será transcrita no texto da acta.-----

----- c) Proposta de reconhecimento do interesse para o Município e para a economia local da recuperação da “Casa da Sinagoga” e dos Moinhos de Água, sites na Praia Fluvial, na freguesia de Vila Cova à Coelheira. -----

----- Foi presente à reunião uma proposta aprovada pelo Executivo em reunião ordinária do dia 16 de Dezembro, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que já há muito que nesta Câmara Municipal se pretende recuperar património construído, nomeadamente aquele que mais se identifica com a história local, recuperando e salvaguardando para as gerações futuras a memória de certas tradições culturais e religiosas, bem como actividades dos meios rurais características da economia local passada e das gentes do Alto Paiva;

Considerando que, nessa perspectiva, importaria proceder à recuperação, na Freguesia de Vila Cova à Coelheira, da designada “Casa da Sinagoga” reminiscência de um passado e uma era que marcou aquela Freguesia e o Município,

Acta N.º 06/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

e dos Moinhos de Água sitos na Praia Fluvial, característicos de uma actividade económica praticamente extinta no concelho;

Considerando que, de harmonia com a alínea b), do n.º 1, do art.º 20.º, da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, é da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos públicos nomeadamente no domínio do património cultural;

Considerando a oportunidade deste Município, face aos custos envolvidos, poder proceder à recuperação daquele património cultural, mediante candidatura a co-financiamento do Programa PRODER – Subprograma 3, Medida 3.2.1 – Abordagem LEADER, através da Associação de Desenvolvimento do Dão Lafões e Alto Paiva (ADDLAP), de que este Município é sócio;

Face ao exposto, e para efeitos de instrução da referida candidatura, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea a), do n.º 6, do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e para efeitos de submissão à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea q), do n.º 1, do art.º 53.º, da mesma Lei, delibere reconhecer ser do interesse do Município e também para a economia local, nomeadamente na vertente turística, proceder à recuperação, na Freguesia de Vila Cova à Coelheira, da designada “Casa da Sinagoga” e dos Moinhos de Água sitos na Praia Fluvial.” -----

----- O Sr. Presidente explicou a proposta e o porque da necessidade de aprovação da mesma.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe e reconhecer ser do interesse do Município e também para a economia local, nomeadamente na vertente turística, proceder à recuperação, na Freguesia de Vila Cova à Coelheira, da designada “Casa da Sinagoga” e dos Moinhos de Água sitos na Praia Fluvial.”-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

2.1 – Apreciação e votação da acta da sessão ordinária do dia 30 de Setembro de 2010. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta com abstenção do Membro Joel Sousa dado não ter estado presente naquela sessão, aprovar o texto definitivo da acta em epígrafe.-----

2.2 - Apreciação e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2011, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 02.12.2010, cuja versão definitiva foi aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 16 de Dezembro de 2010. -

----- Foi presente à reunião o Mapa de Pessoal para o ano de 2011, que aqui se dá por reproduzido e fica a fazer parte integrante da presente acta, cuja cópia vai ficar arquivada na pasta anexa ao livro de actas das sessão da Assembleia Municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara explicou o mapa de pessoal oportunamente enviado a todos os membros da Assembleia, tendo referido que este mapa para 2011 contempla menos pessoal que o do ano em curso.-----

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia, inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros:-----

- Joel Sousa, Fernando Félix, cujas declarações serão transcritas no texto definitivo da acta.-----

----- Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa colocou o mapa de pessoal a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria com nove votos a favor dos Srs. Ilídio Cruz, Manuel Leandro Vicente, Alípio Vieira, Augusto Moreira, Jorge Reis Manuel Pereira, Maria Idália Pinto, Ilídio Ferreira e Paulo Marques, aprovar o mapa de pessoal para 2011, Abstiveram-se o Srs. José Rodrigues, Horácio Leal, Carlos Saraiva, Fernando Félix, Anabela Almeida, José Luís Santos, Orlando Canseiro, Amândio Salvador, Henrique Morgado, Joel Sousa e Hugo Trindade.-----

2.3- Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano (PPI e AMR), para o e Orçamento para o ano financeiro de 2010, aprovados em reunião da Câmara Municipal do dia 02.12.2010. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara apresentou à Assembleia Municipal nota introdutória às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011, do seguinte teor integral: -----

*“No âmbito das suas competências, a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva elaborou as **Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2010-2013 e Orçamento, para o ano de 2011**, documentos fundamentais e estruturantes da política económica do Município, nos quais estão consagradas as acções essenciais para o desenvolvimento do concelho.*

*A elaboração dos **documentos previsionais**, que se submetem à aprovação dos órgãos municipais, obedeceu ao cumprimento do estatuído no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), e neles encontram-se vertidas as linhas de desenvolvimento estratégico da Autarquia.*

*As **Grandes Opções do Plano (GOP) para o Quadriénio 2010-2013 e Orçamento Municipal para o exercício económico de 2011**, são documentos que traduzem as*

Acta N.º 06/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

opções estratégicas de gestão e as prioridades políticas do actual Executivo Municipal, em continuidade do ano anterior (1º ano do mandato).

As medidas previstas visam criar uma conjuntura favorável ao investimento e à promoção do Concelho, gerando novos recursos, emprego e progresso que permitam levar o Município na direcção do verdadeiro desenvolvimento sustentado.

As Grandes Opções do Plano que incluem o Plano Plurianual de Investimentos, as Actividades mais Relevantes e o Orçamento, para 2011 – instrumentos de gestão municipal, que assentam numa óptica de conclusão das obras em curso e ao mesmo tempo na introdução de novas obras que julgamos serem estruturantes para o tal desenvolvimento sustentado, e foram elaborados tendo em conta também as consultas entretanto realizadas nomeadamente às Juntas de Freguesia e que constituem importantes contributos para o estabelecimento de prioridades.

Procurou-se que o Orçamento para 2011 fosse construído sobre quatro pressupostos: a redução em cerca de € 810.000,00 em relação ao orçamento de 2010 (cerca de 6,71%); o enfoque na consolidação do equilíbrio financeiro; o aproveitamento dos fundos estruturais disponíveis e a execução de investimentos estruturantes para o Concelho.

São cortes inevitáveis, que decorrem das regras que nos foram impostas e de uma conjuntura económica desfavorável. E tal como as famílias portuguesas têm vindo a reduzir nos seus custos de vida, também as Câmaras Municipais estão e devem fazê-lo.

Importa no entanto referir que com a construção de novos equipamentos, com as crescentes exigências da população ao nível da prestação de serviços que se pretendem cada vez com mais qualidade, com o alargamento de intervenções do Município em áreas cada vez mais diversificadas, com a transferência de competências da Administração Central para as Autarquias e a responsabilidade inerente, necessitamos de ter um conjunto de recursos humanos e meios técnicos e tecnológicos que nos permitam dar uma resposta adequada a toda a problemática decorrente das responsabilidades que temos perante o concelho e sua população.

Temos um concelho em que, no ano de 2011, ainda constitui uma enorme preocupação a procura do necessário equilíbrio na repartição das receitas entre os chamados investimentos estruturantes, de carácter básico e outros investimentos que se situam num patamar diferente, igualmente importantes, como as políticas de promoção do concelho, as políticas sociais, de educação, da cultura e do desenvolvimento económico.

*Continuamos a depender das transferências do **Orçamento Geral do Estado**, que, no ano de 2011, perfazem o valor de € 3.985.393,00, verificando-se este ano um decréscimo de cerca de 5%, depois do corte já efectuado durante o ano de 2010.*

Não existem condições para aumentarmos as receitas próprias da Autarquia, de forma significativa, atendendo à situação sócio-económica do concelho e por isso temos mantido uma postura de grande equilíbrio na aplicação das taxas e impostos da responsabilidade do Município, apesar da aprovação do Novo Regulamento de Taxas e Licenças.

Por causa da razoável capacidade de endividamento que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva possuía, permitiu a este Executivo recorrer ao crédito, contratando um empréstimo com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo no montante de € 761.133,82, possibilitando assim a realização de investimentos estruturantes decisivos para o concelho.

Neste contexto, foram elaboradas as Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2010-2013 e Orçamento para o ano de 2011, que, apesar das dificuldades da crise económica e financeira que afecta os Países em geral, e os Municípios em particular, consolidando a respectiva estrutura de objectivos e programas, harmonizada com a classificação funcional das despesas, definidas no POCAL, as quais se encontram inscritas por Projectos e Acções, agrupados em Programas.

A Câmara Municipal, apesar dos constrangimentos financeiros continuará empenhada em criar condições para que o desenvolvimento económico e social do concelho evolua positivamente, através da execução de novos investimentos que potenciem a criação de uma melhor qualidade de vida, para os seus munícipes.

A assunção deste desígnio concretiza-se no planeamento de estratégias e definição de acções estruturantes, descritas nos documentos previsionais, que se submetem à aprovação dos órgãos.

*Importa referir que os documentos previsionais reflectem o que nos parece realizável, sem dúvida aquém das necessidades do investimento municipal, e que, por isso, se impõe uma cuidada definição de prioridades, no que respeita às obras fundamentais como são os **equipamentos colectivos, rede viária, parques e jardins, requalificação urbana e ambiente** decisivas para a elevação da qualidade de vida das populações.*

Deve realçar-se que, pelo especial significado social, a Edilidade continuará, a ter uma política de apoio às famílias carenciadas, aos idosos, consubstanciada por exemplo na continuidade do incentivo familiar ao nascimento a partir do 3º filho, continuação da distribuição gratuita dos manuais escolares aos alunos do 1º CEB e a criação de zonas no Concelho com Banda Larga gratuita.

Acta N.º 06/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

Da análise aos documentos previsionais resulta que este Executivo irá manter o apoio à promoção de acções das Escolas do 1º ciclo e Jardins-de-Infância, nomeadamente as suas actividades de carácter genérico, no fornecimento de refeições a todos os alunos que o solicitem, nas actividades de enriquecimento curricular, na atribuição de subsídios a alunos e ao Agrupamento.

No que respeita, ao apoio financeiro à Associação dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Paiva continuará a manter o Protocolo celebrado em 08.05.2001 com aquela Associação para a criação de um Grupo de Intervenção Permanente - GIPE, bem como o Programa de Vigilância Móvel Motorizada a funcionar nos meses mais críticos da Época de Fogos Florestais.

Na mesma linha, as Associações Desportivas e Recreativas existentes no concelho continuarão a ter o apoio financeiro e logístico do Município, de forma a impulsionar as suas actividades mais significativas, mas com os consequentes cortes/ajustamentos. Uma leitura atenta das Acções Mais Relevantes levará à conclusão que iremos, em 2011 e à semelhança de anos anteriores, concretizar um conjunto de actividades culturais, recreativas, desportivas e de divulgação e promoção do nosso concelho de enorme relevância e diversidade, abrangendo um leque considerável de iniciativas, que pretendem realçar a importância da cultura, das actividades desportivas e recreativas para todas as idades e das potencialidades dos nossos recursos endógenos, a título de exemplo a assinatura do Protocolo CLDS – Implementação do Contrato Social de Desenvolvimento Local e Programa PACA – Plano de Aquisição de competências e Animação.

No decurso do ano de 2011, a Câmara Municipal manterá, com os devidos ajustamentos, o apoio às Juntas de Freguesia, através da celebração de Protocolos e Acordos de Colaboração e aprofundará a cooperação e parceria com estes órgãos autárquicos, porquanto os resultados alcançados são inquestionavelmente positivos na qualidade dos serviços públicos prestados às respectivas populações.

O objectivo orçamental a atingir em 2011, tanto ao nível das receitas como das despesas, significa, para além do já referido, a necessidade de prosseguir o esforço conjunto do executivo, dos trabalhadores municipais e das instituições e agentes económicos, para que se atinjam os resultados desejados.

O Plano Plurianual de Investimentos, as Actividades Mais Relevantes e o Orçamento, para o ano de 2011 inserem-se na estratégia adoptada de alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento e de enfrentar os problemas estruturais mais urgentes do concelho de Vila Nova de Paiva.

O PPI consagra as despesas a realizar através de investimentos que se encontram elencadas no capítulo 07 da classificação económica das despesas de capital.

As Actividades Mais Relevantes, por sua vez, estão contempladas no mapa de actividades por objectivos, mapas síntese das acções do plano, divididas por grupos económicos da despesa, por capítulos orgânicos, por objectivos e por funções.

O Orçamento reflecte a previsão das receitas a obter e confere a autorização das despesas a realizar na execução das acções e projectos estruturados, com o quadro e código de contas descritos no POCAL e apresentado nos mapas resumo das receitas e das despesas da autarquia.

Assim, e de acordo com o disposto na alínea c) do nº 2 do art.º 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal elaborou as Grandes Opções do Plano e proposta de Orçamento, para o ano económico de 2011, submetendo-os à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o preceituado na alínea b) do nº 2 do art.º 53º do citado diploma.

SÍNTESE DO ORÇAMENTO

O montante global do orçamento para vigorar durante o ano económico de 2011 cifra-se em €11.275.416,00, o qual resultará das seguintes receitas:

- ♦ *Transferências do Orçamento do Estado, repartidas pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Municipal e IRS;*
- ♦ *Receitas próprias da Autarquia que, no que se refere às provenientes das taxas e licenças constantes nas Tabelas anexas ao Regulamento de liquidação e cobrança de Taxas, Licenças, Tarifas e Prestação de Serviços e da Urbanização e Edificação;*
- ♦ *As participações provenientes do recurso ao QREN, através de candidaturas já elaboradas e outras a elaborar, através da Comunidade Intermunicipal da Região Dão-Lafões (CIMRDL), ADDLAP e outras ;*
- ♦ *As participações provenientes dos projectos candidatados a diversos programas, nomeadamente ao FSE e ao PRODER;*
- ♦ *As resultantes da celebração de acordos de cooperação técnico-financeira com a Administração Central, como aconteceu para a construção da Nova Biblioteca Municipal;*
- ♦ *Produto de Empréstimo contraídos para financiamento de investimentos diversos.*

O orçamento para o ano de 2011, foi estruturado para reflectir as prioridades de gestão atrás enunciadas e será orientado pelo rigor e controle na conjugação dos fluxos financeiros de recebimentos/compromissos assumidos/pagamentos.

De seguida apresenta-se o quadro síntese do orçamento para 2011, na sua vertente receita/despesa:

RECEITA				DESPESA			
Cód. d.	Designação	Dotação	%	Cód.	Designação	Dotação	%
01	Impostos Directos	601.520	5,34		<u>Assembleia Municipal</u>		
02	Impostos Indirectos	1.040	0,009				
04	Taxas, Multas, Outras Penalidades	387.990	3,45	01	Pessoal	9.500	0,082
05	Rendimentos de Propriedade	25.080	0,22		<u>Câmara Municipal</u>		
06	Transferências Correntes	3.560.153	31,57				
07	Venda Bens e Serviços Correntes	754.176	6,69	01	Pessoal	2.250.730	19,96
08	Outras Receitas Correntes	10	0,0001	02	Aquisição de Bens e	2.069.275	18,35
				03	Serviços	176.035	1,57
				04	Juros e Outros Encargos	725.525	6,43
				05	Transferências Correntes	1.000	0,008
				06	Subsídios	11.505	0,10
					Outras Despesas Correntes		
	Total Receita Corrente	5.329.969	47,27		Total Despesa Corrente	5.243.570	46,50
09	Venda Bens Investimento	3.910	0,03	07		5.455.913	48,39
10	Transferências Capital	5.221.221	46,31	08	Aquisição Bens Investimento	105.677	0,9357
12	Passivos Financeiros	705.316	6,26	09	Transferências Capital	500	0,00433,64
15	Reposições não Abatidas	15.000	0,13	10	Activos Financeiros	410.000	0,53
	Pagamentos			11	Passivos Financeiros	59.756	
					Outras Despesas Capital		53,50
		5.945.447	52,73		Total Despesa Capital	6.031.846	
	Total Receita Capital						
	TOTAL RECEITA	11.275.416	100,00		TOTAL DESPESA	11.275.416	100,00

O montante global, nas receitas, do orçamento é de € 11.275.416,00, dos quais € 5.329.969,00 se reportam à receita corrente e € 5.945.447,00 respeitam a receitas de capital. Comparativamente ao orçamento de 2010 poderá verificar-se que existe um decréscimo da previsão de 21% nas receitas correntes e um aumento de 11,5 % nas receitas de capital, e que se deve á verba com a contratação do empréstimo no montante anteriormente mencionado. Poderá ainda verificar-se que há uma previsão generalizada de decréscimo das receitas em todos os capítulos.

Quanto ao orçamento da despesa, as correntes ascendem a € 5.243.570,00 e as de capital a € 6.031.846,00. Nas despesas correntes salienta-se as respeitantes às remunerações do pessoal, cuja dotação é de € 2.260.230,00 (que correspondem a 35,50 % das mesmas e a 20,04% do total do orçamento). No entanto, importa realçar que em relação ao ano de 2010 e tendo em conta as medidas de austeridade verifica-se uma previsão de um corte de cerca de 13,64 %.

Quanto às despesas com amortizações e juros dos empréstimos contraídos pelo Município e pelos empréstimos contraídos pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão e subscritos pela Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, perfazem respectivamente € 410.000,00 e € 104.000,00 num total de €, 514.000,00, correspondente a 4,55% do orçamento.

No tocante às despesas de capital, totalizam € 6.031.846,00, as de investimento direccionadas para obras em curso e para o lançamento de novas infra-estruturas atingem os € 5.455.913,00 e constituem 48,38% do total do orçamento do Município. Poderá assim concluir-se que neste orçamento, existe em relação a 2010, um forte aumento na rubrica de investimentos e uma tentativa de diminuição das despesas, nomeadamente das despesas correntes na sua generalidade.

PRIORIDADES PARA O ANO DE 2011:

Na área dos investimentos vamos terminar as obras em curso, salientando entre outras e das obras novas, as seguintes:

Freguesia de Alhais:

- ▶ Ampliação do Cemitério
- ▶ Caminho Agrícola da Bouça/Espinheiro
- ▶ Requalificação da Em 323 VNP/Alhais
- ▶ Caminho Porto Carro
- ▶ Pavimentação da Rua Nova do Susão

Freguesia de Fráguas

- ▶ Pavimentação da Rua Padre Aparício
- ▶ Pavimentação da Rua da Calçada
- ▶ Pavimentação da Rua do Cadouço
- ▶ Pavimentação da Rua D. Teresa

Freguesia de Pendilhe

- ▶ Rua do Bairrinho
- ▶ Rua das Corgas
- ▶ Ampliação do Cemitério
- ▶ Pavimentação e Beneficiação da Rua do Areal

Freguesia da Queiriga

- ▶ Rua e Largo da Cerca
- ▶ Rua das Cerdeirinhas
- ▶ Caminho Agrícola dos Tojais
- ▶ Caminho Agrícola da Orca dos Juncais
- ▶ Bermas e Valetas da Av. Calvário, Lousadela

Freguesia do Touro

- ▶ Pavimentação da Rua da Pereira
- ▶ Pavimentação da Rua da Corga
- ▶ Regeneração Urbana do Largo do Senhor do Amparo
- ▶ Arranjo do Largo das Carvalhas na Cerdeira

Acta N.º 06/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

- ▶ *Rua dos Pousados (3ª Fase)*
- ▶ *Requalificação da Rua Central*
- ▶ *Caminho Agrícola da Cumeeira (Ligação Touro/Cerdeira)*
- ▶ *Caminho Agrícola da Passagem (Ligação Touro/Lage Gorda)*
- ▶ *Caminho Agrícola do Barreiro (Ligação Alhais/Touro/Póvoa)*
- ▶ *Pavimentação da Rua das Tremesinhas, na Póvoa*

Freguesia de Vila Cova à Coelheira

- ▶ *2ª Fase da Praia Fluvial*
- ▶ *Conclusão da Construção do Parque Industrial*
- ▶ *Rua Vasco da Gama*
- ▶ *Conclusão dos Arranjos dos Acessos Norte e Sul a Vila Cova à Coelheira*
- ▶ *Regeneração do Largo da Feira em Vila Cova à Coelheira*
- ▶ *Construção da ETAR de Vila Cova à Coelheira*
- ▶ *Regeneração da Antiga Sinagoga*

Freguesia de Vila Nova de Paiva

- ▶ *Construção do Centro Educativo*
- ▶ *Conclusão da Construção da Circular Urbana Norte e Construção da Circular Urbana Nascente*
- ▶ *Construção da Praia Fluvial e Parque Urbano de Vila Nova de Paiva*
- ▶ *Construção do Parque Desportivo da Pedralva*
- ▶ *Requalificação da Feira Quinzenal de Vila Nova de Paiva*
- ▶ *Construção do Parque Infantil de Vila Nova de Paiva*
- ▶ *Infraestruturas da Zona Industrial (3ª Fase)*
- ▶ *Pavimentação dos Arruamentos “A, B, C, D, E, F, G e H”*
- ▶ *Infraestruturação dos Arruamentos “I, J, K, L, M, N, O e P”*
- ▶ *Ampliação/Remodelação do Cemitério Municipal de Vila Nova de Paiva*
- ▶ *Conclusão das obras da Biblioteca Municipal de Vila Nova de Paiva*
- ▶ *Reconstrução de Imóvel e Arranjo Largo envolvente Capela S. Francisco, para Centro Cívico e Cultural*

TRANSFERÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA

No âmbito da descentralização de competências pretende-se e na continuação do que já tinha vindo a ser feito, celebrar Protocolos com as Juntas de Freguesia, transferindo, para o efeito, competências da Câmara Municipal, de menor âmbito, fazendo-as acompanhar das necessárias e possíveis verbas para a sua concretização dando assim uma resposta mais adequada e eficiente às necessidades da população, estando em estudo para o ano de 2011 a celebração de um Protocolo com todas as

Juntas de Freguesia de Delegação de Competências nas seguintes áreas, ou em outras:

- 1) Conservação e reparação das escolas do 1º ciclo do ensino básico e estabelecimentos de educação pré-escolar da área da freguesia;*
- 2) Conservação e limpeza de valetas, bermas e taludes, constando de todo o trabalho de cantonagem das vias municipais da área da freguesia;*
- 3) Conservação e limpeza de ruas e passeios da área da freguesia.*

QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

*A qualidade nos Serviços Municipais é hoje uma exigência dos cidadãos que requer funcionários e agentes motivados no seu trabalho, capazes de dar respostas efectivas e responsáveis, pelo que a formação profissional merecerá a melhor atenção do Executivo, através da formação dos cursos no âmbito da Administração Autárquica, nomeadamente através de uma candidatura já aprovada para a CIMRDL, **designada dor SAMA – Implementação do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa e que abrange também a constituição de Balcão Único, capacitação interna do Município e reengenharia e desmaterialização.***

Por último, importa salientar que, para o desenvolvimento das acções e objectivos definidos no orçamento para 2011, a Câmara Municipal dispõe dos recursos humanos inscritos no Mapa de Pessoal que será entregue em anexo.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, e em termos conclusivos, este é um orçamento, que na nossa perspectiva, consideramos realista e que em relação às GOP e Orçamento do ano anterior tem implícita uma contenção das despesas e uma racionalização de custos, tendo em conta que, também por esta via, se procura obter uma maior sensibilização para a optimização dos meios disponíveis.

Neste contexto, reafirmamos o nosso empenho no trabalho para um desenvolvimento sustentado de todo o concelho, sem descurar o cuidado que nos merece a dignificação da pessoa humana e dos nossos cidadãos que são o nosso melhor património e a razão de ser da nossa missão.”

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia, inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros: -----

- Joel Sousa e Fernando Félix, cujas declarações serão transcritas no texto da acta.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia em resposta à intervenção do Sr. Joel Sousa, quanto ao seu voto contra o empréstimo para a construção da Biblioteca Municipal, no anterior mandato autárquico, referiu que efectivamente votou contra e que até se veio

Acta N.º 06/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

a verificar que aquele empréstimo não era necessário e não foi utilizado para os fins que havia sido contratado. que havia sido contratado. Entende até que poderá estar em causa um crime de peculato e que vai mandar extrair certidão desta acta para enviar o assunto ao Ministério Público para averiguações e eventual atribuição de responsabilidades.-----

----- O Membro Sr. Henrique Morgado, referiu que o dinheiro serviu para pagar outras obras, mas entende que se há suspeitas deve haver averiguação das mesmas.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta com voto a favor dos membros Srs. Ilídio Cruz, José Rodrigues, Alípio Vieira, Manuel Vicente, Jorge Reis, José Luís Santos, Amândio Salvador, Manuel Pereira, Orlando Canceiro, Carlos Saraiva, Augusto Moreira, Hugo Trindade, Maria Idália Pinto, Ilídio Ferreira e Paulo Marques e cinco abstenções dos membros Anabela Almeida, Henrique Morgado, Fernando Félix, Horácio Leal e Joel Sousa, aprovar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2010.-----

- Proposta de Revisão dos Serviços Municipais, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 02.12.2010 – Apreciação e votação. -----

----- Foi presente à reunião a proposta de Revisão dos Serviços Municipais, aprovada pelo Executivo em reunião ordinária do dia 02 de Dezembro do ano em curso, e oportunamente enviada aos membros da Assembleia Municipal, do seguinte teor integral:-----

“PROPOSTA DE REVISÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Nota Justificativa

1 – De harmonia com os artigos 235.º, 237.º e 238.º da Constituição da República Portuguesa, as autarquias locais são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, com património e finanças próprios, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas, sendo as atribuições e a organização das autarquias locais, bem como a competência dos seus órgãos, reguladas por lei, de harmonia com o princípio da descentralização administrativa.

2 – Na sequência da autorização legislativa concedida ao Governo da República pela Lei n.º 86/2009, de 28 de Agosto, foi publicado o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, que estabeleceu o novo regime da organização dos serviços das autarquias locais e revogou o anterior regime aprovado pela Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com as alterações que lhe foram introduzidas, e ao abrigo da qual foi aprovado o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e respectiva Estrutura Orgânica que actualmente vigoram nesta Câmara Municipal,

publicados por Aviso n.º 182/2004 no Apêndice n.º 3/2004 à 2.ª Série do Diário da República n.º 6, de 8 de Janeiro de 2004.

3 – Refere-se no preâmbulo daquele novo regime de organização dos serviços das autarquias locais, que “o objectivo da revisão dos serviços é dotar as autarquias locais de condições para o cumprimento adequado do seu amplo leque de atribuições, respeitantes quer à prossecução de interesses locais por natureza, quer de interesses gerais que podem ser prosseguidos de forma mais eficiente pela administração autárquica em virtude da sua relação de proximidade com as populações, no quadro do princípio constitucional da subsidiariedade”, sendo que “a melhoria das condições de exercício da missão, das funções e das atribuições das autarquias locais, assim como das competências dos seus órgãos e serviços, radicam na diminuição das estruturas e níveis decisórios, evitando a dispersão de funções ou competências por pequenas unidades orgânicas, e no recurso a modelos flexíveis de funcionamento, em função dos objectivos, do pessoal e das tecnologias disponíveis, na simplificação, racionalização e reengenharia de procedimentos administrativos, conferindo eficiência, eficácia, qualidade e agilidade ao desempenho das suas funções e, numa lógica de racionalização dos serviços e de estabelecimento de metodologias de trabalho transversal, a agregação e partilha de serviços que satisfaçam necessidades comuns a várias unidades orgânicas.”

4 – O objectivo da reestruturação dos serviços municipais deverá ser então o de promover uma administração municipal eficiente e modernizada, que contribua para a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados e das condições de exercício da missão, das atribuições e competências dos órgãos representativos do Município, orientando-se, como dispõe o art.º 3.º do novo regime jurídico, pelos princípios da unidade e eficácia da acção, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afectação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à actividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo.

5 – Por sua vez, o artigo 19.º do referido Decreto-Lei n.º 305/2009 vem determinar que as autarquias locais deverão promover a revisão dos seus serviços,

Acta N.º 06/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

nos termos e em conformidade com o disposto naquele diploma, até 31 de Dezembro de 2010.

6 – Decorre do art.º 4.º do novo regime, que a estrutura interna da administração autárquica consiste na disposição e organização das unidades e subunidades orgânicas dos respectivos serviços, considerando-se «unidades orgânicas» as unidades lideradas por pessoal dirigente e «subunidades orgânicas» as unidades lideradas por pessoal com funções de coordenação.

7 – Mais regula o novo regime, no que se refere aos serviços municipais, que a respectiva estrutura orgânica deve ser adequada às atribuições do município, devendo obedecer aos seguintes modelos ou tipos de organização:

a) Estrutura hierarquizada: é constituída por unidades orgânicas nucleares (estrutura nuclear) e unidades orgânicas flexíveis (estrutura flexível), sendo que a estrutura nuclear é composta por direcções ou por departamentos municipais, correspondendo sempre a uma departamentalização fixa, e a estrutura flexível é composta por divisões municipais, podendo, ainda, no âmbito das unidades orgânicas, e sem prejuízo das regras de densidade legalmente previstas, ser criadas subunidades orgânicas coordenadas por um coordenador técnico, quando estejam predominantemente em causa funções de natureza executiva. Quando seja exclusivamente adoptada a estrutura hierarquizada, e desde que se justifique, podem ser criadas equipas de projecto temporárias e com objectivos especificados.

b) Estrutura matricial: é composta por equipas multidisciplinares com base na mobilidade funcional e sempre que as áreas operativas dos serviços se possam desenvolver essencialmente por projectos, devendo agrupar-se por núcleos de competências ou de produto bem identificados, sendo constituídas obrigatoriamente de entre efectivos dos serviços, e chefiadas por um chefe de equipa, cujo estatuto remuneratório é equiparado ao de director de departamento ou ao de chefe de divisão municipal.

c) Estrutura mista: combina as duas anteriores, devendo, no entanto, distinguir-se as áreas de actividade por cada modelo adoptado.

8 – Quanto ao âmbito das competências dos órgãos municipais e presidente da câmara, na definição e implantação da nova estrutura orgânica, dispõe o referido regime jurídico que:

a) É competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar o modelo de estrutura orgânica, a estrutura nuclear, bem como definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, de subunidades orgânicas, de equipas multidisciplinares (incluindo o estatuto remuneratório dos respectivos chefes de equipa) e de equipas de projecto.

b) Compete à câmara municipal, sob proposta do presidente da câmara, e dentro dos limites fixados pela assembleia municipal, criar, definir as respectivas atribuições e competências, alterar ou extinguir as unidades orgânicas flexíveis, as equipas multidisciplinares e as equipas de projecto.

c) Ao presidente da câmara compete a conformação da estrutura interna das unidades orgânicas e das equipas multidisciplinares e de projecto, bem como a afectação ou reafectação do pessoal do respectivo mapa de pessoal e, ainda, a criação, a alteração e a extinção de subunidades orgânicas nos termos legalmente previstos.

9 – São publicados na 2.ª Série do Diário da República, sob pena de ineficácia, a estrutura nuclear, os actos de criação, alteração e extinção de unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas e, bem assim, a constituição e a designação dos membros das equipas multidisciplinares e das respectivas chefias.

10 – De harmonia com o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, adaptado à administração autárquica pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006 e pelo Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, os cargos dirigentes das câmaras municipais são actualmente os seguintes:

– Director municipal, que corresponde a cargo de direcção superior do 1.º grau, que apenas pode ser criado nos municípios com uma participação no montante total dos Fundos a que se refere o n.º 1 do art.º 19.º da Lei das Finanças Locais aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, superior a 6%, ou em municípios com mais de 100.000 habitantes;

– Director de departamento municipal, que corresponde a cargo de direcção intermédia do 1.º grau, que apenas pode ser criado nos municípios com uma

Acta N.º 06/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

participação no montante total dos referidos Fundos superior a 2‰, ou em municípios com mais de 10.000 habitantes;

– Chefe de divisão municipal, que corresponde a cargo de direcção intermédia do 2.º grau;

– Cargos de direcção intermédia de 3.º grau ou inferior, que podem ser criados e previstos na estrutura orgânica, nela devendo ser estabelecidos, expressamente, a designação dos cargos, as respectivas competências funcionais, a identificação dos níveis remuneratórios correspondentes às remunerações base, bem como a área e os requisitos de recrutamento.

11 – Atendendo à dimensão e características do Município, e tendo em vista os objectivos de racionalização, flexibilização e permanente ajustamento dos serviços às necessidades existentes, o modelo de estrutura orgânica do tipo hierarquizado será o que melhor satisfaz as necessidades de reorganização dos serviços municipais, embora apenas possa ser constituído por unidades orgânicas flexíveis (estrutura flexível), dado não ser satisfeito qualquer dos requisitos para a criação de departamentos municipais e, como tal, não poder ser criada uma estrutura nuclear (departamentalização fixa).

Assim, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que aprove a presente Proposta de Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, que segue em Anexo e que dela faz parte integrante, a submeter à apreciação e decisão da Assembleia Municipal em conformidade com o disposto nas alíneas a) e c), d) e f) do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

Paços do Município e Gabinete da Presidência, aos 25 de Novembro de 2010

ANEXO

REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE PAIVA

CAPÍTULO I

Princípios gerais de organização e funcionamento dos serviços municipais

Artigo 1.º

Norma habilitante

O presente regulamento é elaborado nos termos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea n), do n.º 2 do art.º 53.º e alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e

republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e das alíneas a) e c), d) e f) do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

Artigo 2.º

Objecto

O presente regulamento estabelece o modelo de estrutura e as normais gerais da organização e funcionamento dos serviços municipais da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva.

Artigo 3.º

Âmbito

O presente regulamento aplica-se a todos os serviços municipais e a todos os trabalhadores vinculados em regime de contrato de trabalho em funções públicas que prestam serviço directamente ao Município.

Artigo 4.º

Princípios gerais

1 – A Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva e os seus serviços prosseguem, nos termos e formas legalmente previstas, fins de interesse público geral e municipal, tendo como objectivos principais das suas actividades proporcionar a melhoria das condições de vida e de trabalho dos munícipes e a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural do Município.

2 – Na prossecução das atribuições do Município e no âmbito das competências dos seus órgãos, os serviços municipais devem colaborar activamente com os órgãos municipais na formulação e concretização dos diferentes instrumentos de planeamento, programação e gestão, orientando-se pelos princípios da unidade e eficácia da acção, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afectação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à actividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo.

3 – Para além dos princípios e normas legais aplicáveis que regem a actividade municipal, as relações que se estabelecem entre os membros dos órgãos, os trabalhadores e demais colaboradores do Município, bem como no seu contacto com as populações, deverão assentar, nomeadamente, num conjunto de princípios e valores, cujo conteúdo está, em parte, já vertido na Carta Ética – Dez princípios éticos da Administração Pública, mencionada na Resolução do Conselho de Ministros

Acta N.º 06/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

n.º 47/97, de 22 de Março, e disponível no portal da Direcção Geral da Administração e do Emprego Público (in www.dgap.gov.pt), a saber:

a) Princípio do Serviço Público: os trabalhadores encontram-se ao serviço exclusivo da comunidade e dos cidadãos, prevalecendo sempre o interesse público sobre os interesses particulares ou de grupo;

b) Princípio da Legalidade: os trabalhadores actuam em conformidade com os princípios constitucionais e de acordo com a lei e o direito;

c) Princípio da Justiça e Imparcialidade: os trabalhadores, no exercício da sua actividade, devem tratar de forma justa e imparcial todos os cidadãos, actuando segundo rigorosos princípios de neutralidade;

d) Princípio da Igualdade: os trabalhadores não podem beneficiar ou prejudicar qualquer cidadão em função da sua ascendência, sexo, raça, língua, convicções políticas, ideológicas ou religiosas, situação económica ou condição social;

e) Princípio da Proporcionalidade: os trabalhadores, no exercício da sua actividade, só podem exigir aos cidadãos o indispensável à realização da actividade administrativa;

f) Princípio da Colaboração e da Boa Fé – os trabalhadores, no exercício da sua actividade, devem colaborar com os cidadãos, segundo o princípio da Boa Fé, tendo em vista a realização do interesse da comunidade e fomentar a sua participação na realização da actividade administrativa;

g) Princípio da Informação e Qualidade – os trabalhadores devem prestar informações e ou esclarecimentos de forma clara, simples, cortês e rápida;

h) Princípio da Lealdade: os trabalhadores, no exercício da sua actividade, devem agir de forma leal, solidária e cooperante;

i) Princípio da Integridade: os trabalhadores regem-se segundo critérios de honestidade pessoal e de integridade de carácter;

j) Princípio da Competência e Responsabilidade: os trabalhadores agem de forma responsável e competente, dedicada e crítica, empenhando-se na valorização profissional.

Artigo 5.º

Superintendência e funcionamento dos serviços

1 – O Presidente da Câmara coordena e superintende, nos termos da lei, os serviços municipais, no sentido de desenvolver a sua eficácia e assegurar o seu pleno funcionamento, promovendo uma adequada racionalização dos serviços e dos efectivos.

2 – A Câmara Municipal e o seu Presidente devem estabelecer, mediante regulamentação interna, nos termos da lei, um sistema de controlo interno adequado ao modelo de estrutura orgânica previsto no presente Regulamento, com estabelecimento de metodologias de trabalho transversal, a agregação e a partilha de serviços, que satisfaçam necessidades comuns a várias unidades orgânicas, bem como um regime de funcionamento, atendimento e horário de trabalho que regule adequadamente os regimes de prestação de trabalho, os horários dos respectivos trabalhadores e os períodos de funcionamento de todos os serviços municipais.

3 – O sistema de controlo interno referido no número anterior deverá englobar o plano de organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo, bem como todos os demais métodos e procedimentos susceptíveis de contribuir para assegurar o desenvolvimento das actividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos activos, a prevenção e detecção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exactidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável.

Artigo 6.º

Delegação e subdelegação de competências

1 – A desconcentração de competências que, nos termos da lei, sejam próprias ou delegadas no Presidente da Câmara e que este delegue ou subdelegue nos Vereadores, deverá ser utilizada como instrumento de desburocratização e racionalização administrativa, no sentido de criar uma maior eficiência e celeridade nas decisões.

2 – O Presidente da Câmara e os Vereadores com competências delegadas, podem, nos termos da lei, delegar ou subdelegar competências nos dirigentes intermédios.

3 – A delegação e subdelegação carecem de acto expreso que tem como condição de eficácia, a sua publicitação, nos termos legais.

CAPÍTULO II

Estrutura orgânica

Artigo 7.º

Modelo de estrutura

1 – A organização interna dos serviços municipais da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva obedecerá ao modelo de estrutura hierarquizada, constituída por unidades orgânicas flexíveis (estrutura flexível).

2 – A estrutura flexível será composta, no máximo, por 4 (quatro) unidades orgânicas dirigidas por chefes de divisão municipal.

Acta N.º 06/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

3 – Na dependência das divisões municipais referidas no número anterior podem ser criadas, no máximo, 4 (quatro) unidades orgânicas flexíveis lideradas por dirigentes intermédios do 3.º grau ou inferior.

4 – Quando estejam predominantemente em causa funções de natureza executiva, podem ser criadas, no âmbito das unidades orgânicas, subunidades orgânicas, no número máximo de 3 (três), coordenadas por um coordenador técnico, sem prejuízo do estabelecido no n.º 3 do art.º 49.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

5 – Desde que se justifique, podem ser criadas equipas de projecto temporárias e com objectivos especificados, no máximo de 3 (três).

Artigo 8.º

Da estrutura orgânica flexível

1 – Compete à Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara, e dentro dos limites fixados no artigo anterior, criar, definir as respectivas atribuições e competências, alterar ou extinguir as unidades orgânicas flexíveis (estrutura flexível), bem como, por deliberação fundamentada, a criação das equipas de projecto.

2 – Ao Presidente da Câmara compete a conformação da estrutura interna das unidades orgânicas flexíveis e das equipas de projecto, bem como a afectação ou reafectação do pessoal do respectivo mapa de pessoal e, ainda, dentro dos limites referidos no artigo anterior, a criação, a alteração e a extinção das subunidades orgânicas.

3 – A estrutura orgânica flexível a que se refere o n.º 1 deve estabelecer expressamente, em relação aos cargos de direcção intermédia de 3.º grau ou inferior, a designação dos cargos, as respectivas competências funcionais, a identificação dos níveis remuneratórios correspondentes às remunerações base, bem como a área e os requisitos de recrutamento.

4 – São publicados na 2.ª Série do Diário da República, sob pena de ineficácia, a criação, alteração e extinção de unidades orgânicas no âmbito da estrutura flexível, bem como os despachos do Presidente da Câmara de criação, alteração e extinção de subunidades orgânicas.

5 – São serviços enquadrados por legislação específica, que dependem hierárquica e disciplinarmente do Presidente da Câmara, com a faculdade de delegação, nos termos da lei, no vereador por si designado, nomeadamente:

a) O médico veterinário municipal, como autoridade sanitária veterinária concelhia, cujos princípios gerais da actividade são actualmente regulados nomeadamente pelo Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de Maio;

b) O Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC), actualmente regulado pela Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro.

6 – Poderão ser objecto de referência na estrutura orgânica os gabinetes de apoio pessoal constituídos pelo Presidente da Câmara nos termos e efeitos da Lei das Autarquias Locais, nomeadamente quanto às respectivas competências e modo de funcionamento.

Artigo 9.º

Das equipas de projecto

1 – As equipas de projecto deverão ser constituídas para a realização de projectos específicos ou multidisciplinares de interesse municipal.

2 – As equipas de projecto que se constituam por afectação exclusiva de trabalhadores municipais são constituídas e regulamentadas nos seus objectivos, meios e prazos de actuação, por deliberação fundamentada da Câmara Municipal, devendo estabelecer obrigatoriamente:

- a) A designação do projecto;*
- b) Os termos e a duração do mandato, com a definição clara dos objectivos a alcançar;*
- c) O coordenador do projecto;*
- d) O número de elementos que deve integrar a equipa de projecto e suas funções.*

3 – As equipas de projecto cuja constituição implique o recurso a trabalhadores estranhos ao município serão objecto de deliberação da Câmara Municipal.

4 – Os coordenadores das equipas de projecto ficam obrigados à prestação de informação periódica aos dirigentes das áreas em que estejam a intervir e à Presidência quanto ao desenvolvimento dos planos e programas.

5 – Aos coordenadores das equipas de projecto não é devido qualquer acréscimo remuneratório em razão das funções de coordenação, e respondem pela eficácia dos estudos a cargo da sua equipa e pelo cumprimento dos planos, prazos e condições fixados.

6 – Os contratos a celebrar para recrutamento dos trabalhadores nos termos no n.º 3 caducam automaticamente no termo do prazo previsto na deliberação para a duração da equipa de projecto.

7 – A equipa de projecto considera -se automaticamente extinta uma vez decorrido o prazo pelo qual foi constituída, sem prejuízo de o referido prazo poder ser prorrogado por deliberação da Câmara Municipal, sob proposta fundamentada do

Acta N.º 06/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

respectivo Presidente, a qual deve referir, designadamente, o grau de cumprimento dos objectivos inicialmente estipulados.

8 – Extinta a equipa de projecto, o coordenador do projecto elabora um relatório da actividade desenvolvida e dos resultados alcançados, que é submetido à apreciação da Câmara Municipal.

CAPÍTULO III

Disposições finais

Artigo 10.º

Norma revogatória

O regulamento de organização de serviços e estrutura orgânica em vigor, publicado por Aviso n.º 182/2004 no Apêndice n.º 3/2004 à 2.ª Série do Diário da República n.º 6, de 8 de Janeiro de 2004, será considerado revogado com a entrada em vigor da estrutura orgânica flexível aprovada pela Câmara Municipal publicada na 2.ª Série do Diário da República.

Artigo 11.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação na 2.ª Série do Diário da República.”-----

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia, inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros:-----

- Fernando Félix , cujas declarações serão transcritas no texto da acta.-----

----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por maioria com onze voto a favor dos membros dos membros Ilídio Cruz, Alípio Vieira, Manuel Vicente, Hugo Trindade, Augusto Moreira, Manuel Pereira, Jorge Reis, Maria Idália Pinto, Ilídio Ferreira, Paulo Marques e José Rodrigues, aprovar a proposta de Revisão dos Serviços Municipais, abstiveram-se os Srs. José Luís Santos, Joel Sousa, Horácio Leal, Henrique Morgado, Carlos Saraiva, Anabela Almeida e Fernando Félix, Amândio Salvador e Orlando Canceiro. -----

2.5 - Apreciação da Actividade Municipal desenvolvida durante os meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro do ano em curso, nos termos do artº 53º, nº1, alínea e) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. -----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Presente na reunião o Sr. Fernando Pereira Rodrigues, da Queiriga, usou da palavra para referir que desde o 25 de Abril que não assistia a uma sessão da Assembleia Municipal, e desejou a todos o Bom Ano de 2011.-----

-----APROVAÇÃO EM MINUTA -----

----- A presente acta foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o N.º 3 do art.º 92º da Lei N.º 169/99 de 18.09, e foi assinada pelos membros da Mesa.-----

-----ENCERRAMENTO-----

----- Finda a Ordem do Dia e uma vez tratados todos os assuntos, o Sr. Presidente da Mesa deu como encerrada esta sessão, eram vinte e duas horas e trinta e cinco minutos.-----

----- Todos os documentos citados nesta acta e que serviram de base ao que nela foi apreciado, constam da pasta de documentos anexos às actas da Assembleia Municipal e dão-se aqui por transcritos para todos os efeitos. -----

----- Para que conste lavrou-se a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai assinada pela Mesa da Assembleia Municipal .-----

[illegible]